

Corte no orçamento não afetará qualidade técnica do Censo 2020

Setor público precisa se adaptar à escassez de recursos, e isso vale também para a pesquisa do IBGE

O anúncio feito pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de que, em meio à crise fiscal, não há como o Tesouro arcar com o custo do Censo de 2020, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em R\$ 2,7 bilhões, teve ampla repercussão. Guedes pede um corte de 25% no orçamento da pesquisa, e chegou a sugerir que o instituto venda imóveis para financiá-la. Há previsível preocupação com o corte, em especial na área acadêmica, e, de maneira geral, entre incontáveis usuários dos dados censitários.

O Censo, realizado a cada dez anos, é de fato fonte essencial de dados para a administração pública, centro de pesquisas, empresas privadas, a depender do setor etc. Há ainda funções de governo que dependem desses números. Caso da repartição de royalties entre estados e municípios, que depende da contagem da população de cada ente federativo; o mesmo ocorre na redistribuição do que é arrecadado por impostos. Não se coloca em dúvida a importância do Censo. Mas também não se discute a escassez de dinheiro no Tesouro

para pagar a conta da pesquisa.

Os cofres públicos têm ostentado bilionários déficits, é preciso economizar. Deve-se, portanto, redimensionar o Censo do ano que vem para adequá-lo à realidade do país, com a preocupação em preservar a coleta de informações fundamentais. Em artigo no GLOBO, a presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, relacionou ações que garantirão a qualidade da sondagem, mesmo com a necessária redução do questionário. Há, portanto, alternativas.

Para definir os cortes nas perguntas aos recenseados, há uma comissão técnica coordenada pelo economista Ricardo Paes de Barros, conhecido especialista em pobreza, desigualdades e temas correlatos. Usuário pesado do Censo. Ele tem inclusive propostas para a retirada de assuntos do questionário: desemprego e mobilidade urbana, entre outros. O economista também reconhece que o questionário básico do Censo do IBGE é grande em comparação com outros países. Não se trata, então, do fim do mundo. O setor público precisa se adequar à austeridade.

Vários anos sem alta real do mínimo

SAMUEL PESSÔA

Desde 1994 o salário mínimo subiu 167%, já descontada a inflação (bit.ly/2IV8B5j). Ou seja, 4,2% ao ano.

No mesmo período, a economia cresceu 57%, e a produtividade do trabalho, 25%, ou pouco menos de 1% ao ano.

Há limites à política de elevação do salário mínimo real. Sabe-se que aumentos do salário mínimo a partir de níveis relativamente baixos não apresentam efeitos deletérios sobre o funcionamento da economia.

Não pressionam a informalidade nem elevam a taxa de desemprego.

Esse parece ser o caso, por exemplo, da economia americana, em que o salário mínimo é de 34% do salário mediano. Salário mediano é o daquele trabalhador em comparação ao qual metade da força de trabalho ganha mais e a outra metade ganha menos.

Se considerarmos os países da OCDE em 2017, a média dos salários mínimos como proporção do salário mediano foi de 53%. No Brasil, o salário mínimo é de 75% do mediano.

Ou seja, o salário mínimo é baixo no Brasil pois a produtividade do trabalho é baixa. Dada a realidade brasileira, já foi feito um fortíssimo esforço de elevar o salário mínimo.

Não parece haver espaço para novos aumentos reais. De fato, trabalho de técnicos do Ipea indica que aumentos do salário mínimo têm tido efeitos expressivos no aumento da informalidade (bit.ly/2ZExfnS).

No entanto, os impactos da política de valorização do salário mínimo sobre o funcionamento do mercado de trabalho constituem o menor dos problemas dessa política.

A grande dificuldade é que os benefícios de praticamente todos os

programas sociais de nosso Estado de bem-estar social são vinculados ao salário mínimo.

O aumento real do salário mínimo tem impacto direto sobre o gasto público. Em tempos de restrição fiscal extrema, e em que a dívida pública apresenta trajetória explosiva, não há espaço para subir o salário mínimo.

Segundo o anexo IV da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), cada 1% de aumento do salário mínimo gera R\$ 3 bilhões de elevação do gasto primário da União.

O Brasil é um país relativamente pobre. A produtividade do trabalho é 1/5 da americana. O salário mínimo é baixo pois o país é relativamente pobre.

O mesmo problema ocorre com a Previdência. O benefício pago pelo INSS é relativamente baixo pois o salário do trabalhador ativo é baixo. No entanto, o benefício do sistema





previdenciário do setor privado é da ordem de 80% da renda da ativa. Isto é, nosso sistema previdenciário tem uma das mais elevadas taxas de reposição.

Há forte demanda de nossa democracia, absolutamente legítima, de tentar acelerar o processo de redução das desigualdades e, principalmente, de elevar a qualidade de vida dos brasileiros.

O problema é que, a partir de certo ponto, a agenda de redução das desigualdades e de inclusão por meio de programas sociais choca-se com a agenda de crescimento econômico e de estabilização da economia.

Parece que já passamos do ponto. Teremos que conviver diversos anos com a manutenção do valor real do salário mínimo e rezar para que a desorganização da economia não produza piora como tem ocorrido na Argentina e na Venezuela.

Após a arrumação da casa e a reconstrução de uma posição sólida para as contas públicas, a política de valorização do salário mínimo pode ser retomada.

Quando o momento chegar, o ideal será adotarmos a sugestão de Nelson Barbosa em sua coluna neste espaço na sexta (26): vincular o salário mínimo à renda per capita.